

# Anistia é aprovada. Governo corta custeio agrícola

Fotos: Josemar Gonçalves

Todas as operações de crédito de custeio para as atividades agropecuárias foram suspensas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na noite de ontem, após tomar conhecimento da aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, da anistia aos endividados do Plano Cruzado. A decisão de Mailson da Nóbrega foi tomada durante contato telefônico com seu secretário-geral, Paulo Cesar Ximenes, que o substituiu no Ministério, a partir de hoje, quando o ministro da Fazenda já estará nos Estados Unidos, antes de seguir para o Japão.

A suspensão do custeio agropecuário vai perdurar até que o Governo tenha uma avaliação do impacto da emenda aprovada sobre as contas públicas, segundo Ximenes, que procurou descaracterizar a atitude do Governo como sendo de retaliação. Lembrou, através de sua assessoria, que as operações de custeio, em julho, são em número e volume bastante reduzidos, e, as principais operações desta época do ano, AGF e EGF, serão mantidas para garantir a comercialização da última safra.

## CMN

O Conselho Monetário Nacional vai realizar uma reunião extraordinária no próximo dia 13, para discutir exclusivamente os problemas agrícolas e as consequências da anistia sobre o setor. O principal instrumento governamental para a agropecuária — a política de preços mínimos —, deveria ter sido discutida na reunião de ontem do CMN, mas foi retirada de pauta, não

só pela falta de consenso entre os Ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento, como pela perspectiva da votação da anistia.

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, afirmou, à saída do CMN, ontem, que não houve acordo sobre a política de preços mínimos e que deverão ser introduzidas várias modificações no setor de financiamento e garantias da agropecuária, particularmente no Proagro (seguro agrícola).

Entre os assessores de Iris Rezende e Mailson, a opinião é de que as consequências da anistia deverão recair sobre os produtores de grãos e outros produtos vegetais, e menos sobre a pecuária, justamente o setor que mais estimulou a anistia. A UDR, segundo esses assessores, é composta basicamente por pecuaristas, tidos como os principais ameaçados pela reforma agrária que afinal a Constituinte não aprovou de forma abrangente.

No momento, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, procurou não eliminar a correção monetária de todos os empréstimos rurais, mas utilizar os pequenos produtores, não tão preocupados com a reforma agrária, como "massa de manobra" para o objetivo atual da UDR, que é político e visa a eleger o maior número possível de prefeitos e vereadores (independentemente do partido) simpáticos às suas teses. Será com essa base que a UDR poderá, já no próximo ano, transformar-se em partido e, inclusive, lançar candidato a presidente da República.

## UDR sofre primeira derrota

A anistia, aprovada ontem pela Constituinte, do pagamento da correção monetária incidente sobre as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos micro e pequenos empresários e pelos mini e pequenos produtores rurais foi restrito, pois no final da votação o plenário por 297 votos contra 115 e 17 abstenções acolheu a emenda do deputado Roberto Freire (PCB-PE). Esta só concede o perdão para quem não for proprietário de mais de cinco módulos rurais e para os financiamentos cujo valor inicial não tenha ultrapassado o valor de 5.000 OTN.

Esse resultado representou a primeira e maior derrota sofrida até hoje pela União Democrática Ruralista (UDR) na Constituinte, já que não foi mantido o texto da emenda (aprovada inicialmente) dos deputados Ziza Valadares e Humberto Souto e do senador Mansueto de Labor que anistiava todos os produtores rurais que tivessem contraído dívidas no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de fevereiro de 1987 — um ano após o fim do Cruzado. Para o governo significou uma vitória, já que se a emenda Roberto Freire não fosse aprovada a anistia custaria aos cofres da União, segundo o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, Cz\$ 750 bilhões (mais de US\$ 5 bilhões). Agora, o ônus ficará bem abaixo do que já estava previsto pelo Plano do Planalto (Cz\$ 200 bilhões) e custará para a União cerca de Cz\$ 70 bilhões.

## Acordo

Pela primeira vez todos os partidos de esquerda — exceto o PDT — se aliaram com as lideranças do Governo para tentar derrubar uma proposta na Constituinte. Nenhum deles queria a aprovação da emenda do senador Mansueto de Labor e dos deputados Ziza Valadares e Humberto Souto, que estava sendo considerada por seus opositores

Josemar Gonçalves



Freire evitou prejuízo maior

## PDT é acusado pela esquerda

Criticado pelo PCB e pelo PT por não ter cumprido um acordo a favor de uma anistia mais limitada, o PDT era apontado em plenário, pelas esquerdas, como o grande responsável pela aprovação de matéria tida como de interesse de grandes proprietários rurais. O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), que encaminhou o voto da liderança, procurava se justificar dizendo que seu partido acabou votando pela emenda mais abrangente por temer que a matéria que fora objeto de acordo com o PDB e PT, e que seria votada em 2º lugar, acabasse não sendo aprovada, por não ter o apoio do PFL.

Outra "justificativa" apresentada com insistência por Luiz Salomão era de que o PDT "não sabia" que o termo "privados" fora incluído no parágrafo 6º da emenda, que se refere à ausência de ônus para o poder público a partir da emenda. Sem a inclusão desse termo, o poder público não estaria obrigado a ressarcir os bancos comerciais pelas perdas decorrentes da emenda, enquanto com a in-

clusão só os bancos privados não seriam beneficiados. "É uma tentativa de estelionato", reclamava Salomão após a aprovação da matéria, alegando que, se tivesse conhecimento da inclusão do termo, o PDT não teria apoiado a emenda.

A justificativa não convenceu, no entanto, o vice-líder do PT, José Genóino (SP), um dos mais revoltados com a quebra de acordo pelo PDT. "Isso é desculpa", acusava o vice-líder petista, observando que havia sido o próprio PDT quem propusera o acordo em torno da emenda do PT e do PCB. Genóino explicou que PT e PCB tinham uma proposta que beneficiava apenas os micro e pequenos empresários, e o PDT sugeriu que se fizesse um entendimento em torno de outra proposta que incluísse também os médios empresários, desde que estes fossem obrigados ao pagamento de 50% da correção monetária de suas dívidas. "O PDT foi quem propôs o acordo e depois tirou a escada, deixando a gente com o pincel na mão", criticava Genóino.

Para evitar isso foram elaboradas três emendas que concediam uma anistia muito restrita. Mas a posição inesperada do PDT que rompeu o acordo de lideranças e apoiou a anistia ampla fez com que os autores iniciais da ideia tivessem sua proposta integralmente aprovada com seis votos a mais do que mínimo necessário (286 contra 163 e 22 abstenções). Os deputados Roberto Freire e José Genóino denunciaram "a traição do PDT" e passaram a culpar o partido "pelo ônus que os contribuintes teriam com essa pilantragem".

## Surpresas

Mas não foi só a posição do PDT que surpreendeu ontem. A defesa da emenda da anistia ampla foi feita pelo deputado Vicente Bogo (PSDB-RS), que há uma semana havia chamado de "calote". O deputado Humberto Souto afirmou em sua defesa que a proposta representava a "sintonia da Constituinte com o Brasil que está morrendo lá fora". Argumentou que os custos dessa anistia seriam insignificantes perto dos desvios promovidos pelo Governo exemplificando com "os Cz\$ 100 milhões retirados inexplicavelmente do Fundo da Marinha Mercante para tapar dívidas de algumas pessoas".

Outra surpresa foi a divisão do tempo para contraditar a proposta entre o líder do PCB, Roberto Freire, e o do Governo, Carlos Sant'Anna. Os dois explicaram que era justo tentar corrigir e amenizar os problemas enfrentados pelos miniprodutores e os microempresários, desde que isso não agravasse ainda mais a situação econômica do País. A anistia ampla, disse Sant'Anna, "provocará a quebra dos bancos estaduais e da União e quem vai pagar por isso é o trabalhador".

## A anistia

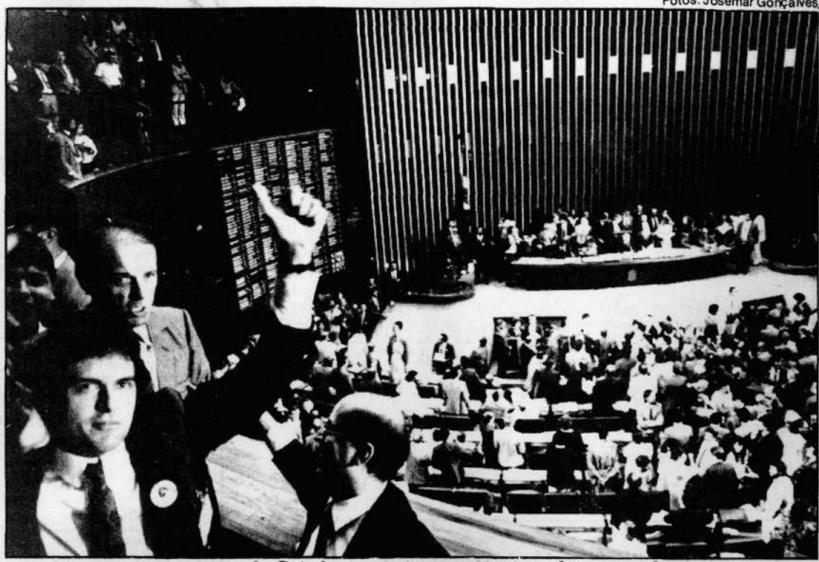
Com a mudança no texto original a anistia fica restrita. Só ficarão isentos do pagamento da correção monetária os micro e pequenos empresários ou seus estabelecimentos que tenham feito financiamentos durante o Plano Cruzado. Microempresários serão aqueles com receita individual até dez mil OTNs por ano e os pequenos com receita de até 25.000 OTNs.

Tanto aos rurais e urbanos a isenção só será concedida se o débito inicial for liquidado até 90 dias após a promulgação da futura Constituição; se for comprovada a aplicação dos recursos na finalidade contratual; se o mutuário comprovar que não tem condições financeiras para efetuar o pagamento. Esses benefícios da anistia poderão ser estendidos às cooperativas de crédito e o ônus recairá sobre a fonte de recursos.

Embora o senador Mansueto de Labor (PMDB-PE), que subscreveu a emenda da anistia com Humberto Souto e Ziza Valadares (PSDB-MG), considere "razoável" a limitação a proprietário de no máximo 5 módulos rurais, Humberto considera "absurda" essa limitação, e ameaçou: "Não tenham dúvidas de que isso cai no segundo turno". Ele não se arriou, porém, a prever a queda também do dispositivo que limita a anistia ao financiamento inicial de no máximo 5 mil OTNs, embora considere "discutível" essa limitação. O deputado Roberto Freire disse não estranhar a reação de Mansueto, aceitando a limitação. "Ele subscreveu essa emenda, mas não é comprometido com a UDR (União Democrática Ruralista)", observou, referindo-se ao interesse sentido de beneficiar grandes proprietários de terras.



Ziza e Mansueto comemoram votação



Apesar do otimismo de Caiado a anistia não atingiu todos os produtores rurais

## Constituintes encontram fórmula de reduzir custo para Cz\$ 70 bi

O Governo não precisará mais cumprir as suas ameaças de aumento de impostos para compensar a anistia aos micros e pequenos empresários, porque a fórmula aprovada pela Constituinte resultará num prejuízo de Cz\$ 70 bilhões, muito abaixo do que era previsto pelo próprio governo.

Essa opinião foi manifestada ontem por parlamentares de diferentes partidos, satisfeitos com a solução encontrada através da emenda Roberto Freire. Entre os parlamentares que votaram a favor da emenda desse representante comunista (PCB) incluiu-se uma das maiores expressões do pensamento liberal econômico na Constituinte, o senador pedessista Roberto Campos (MT).

O senador disse que, por estimativas de diferentes procedências, que chegaram ao seu conhecimento, a anistia, nos termos em que foi aprovada, envolve um total de cerca de 70 bilhões de cruzados, referência também feita pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE).

O presidente da CNI afirmou ter recebido a informação de que o governo concordaria com um prejuízo de até 200 bilhões de cruzados, o que — acrescentou — torna desnecessário qualquer arrocho tributário.

Josemar Gonçalves



Humberto Souto promete reação

## Deputado aposta no segundo turno

O deputado Humberto Souto (PFL-MG), um dos autores da emenda da anistia, disse ontem não ter dúvidas de que a limitação do benefício para proprietário que tiver no máximo 5 módulos rurais cairá no segundo turno de votações da Constituinte. Esta não era a opinião, no entanto, do líder governista Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que saiu do plenário festejando a aprovação do destaque apresentado pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE) limitando a abrangência da anistia também ao teto de financiamento inicial de 5 mil OTNs.

"A Constituinte deu e tirou", proclamava, eufórico, o deputado Carlos Sant'Anna, acrescentando em seguida: "Tirou em parte, mas tirou". Ele disse que não tinha ainda cálculos sobre o montante que representa a menos, para os cofres da União, a limitação estabelecida pelo destaque aprovado. "Posso garantir que é uma diminuição bem significativa", disse Sant'Anna, que estimou em 720 bilhões de cruzados o custo da anistia caso permanecesse a proposta sem o destaque.

Embora o senador Mansueto de Labor (PMDB-PE), que subscreveu a emenda da anistia com Humberto Souto e Ziza Valadares (PSDB-MG), considere "razoável" a limitação a proprietário de no máximo 5 módulos rurais, Humberto considera "absurda" essa limitação, e ameaçou: "Não tenham dúvidas de que isso cai no segundo turno". Ele não se arriou, porém, a prever a queda também do dispositivo que limita a anistia ao financiamento inicial de no máximo 5 mil OTNs, embora considere "discutível" essa limitação. O deputado Roberto Freire disse não estranhar a reação de Mansueto, aceitando a limitação. "Ele subscreveu essa emenda, mas não é comprometido com a UDR (União Democrática Ruralista)", observou, referindo-se ao interesse sentido de beneficiar grandes proprietários de terras.

## Como ser anistiado

- 1) Só serão considerados microempresários as firmas ou pessoas que tiverem receita anual de até 10 mil OTN. As pequenas empresas são as com receita de até 25 mil OTN por ano;
- 2) O débito terá que ser liquidado até 90 dias após a promulgação da futura Constituição;
- 3) A instituição credora terá que comprovar que os recursos foram aplicados na finalidade estabelecida no contrato;
- 4) Terá que ser comprovado que o mutuário não tem condições financeiras para efetuar o pagamento. Para essa comprovação ficam excluídos o estabelecimento, casa de moradia e instrumentos de trabalho e produção;
- 5) A anistia das dívidas contraídas em bancos privados não poderão acarretar ônus para o Poder Público, nem repassé de recursos do Banco Central;
- 6) Ficam excluídos do perdão da correção monetária as pessoas que já quitaram os seus débitos e os parlamentares (mesmo se ainda forem devedores).

## Sonho de produtor dura pouco

"Fiquei rico de novo, eu devia Cz\$ 4,5 milhões e agora só devo Cz\$ 1,5 milhão", comemorava ontem, nas galerias, José Luis de Oliveira, produtor rural da cidade paulista de Indaiapurá, logo após a difícil aprovação da primeira emenda sobre a anistia aos microempresários e aos pequenos e médios agricultores da correção monetária relativa às dívidas contraídas durante o Plano Cruzado.

Meia hora depois, quando já havia acabado a efusiva manifestação da União Democrática Ruralista (UDR) pela aprovação da emenda, José de Oliveira voltava a ser "pobre". E que o plenário da Constituinte, com as galerias vazias, acabara de aprovar emenda do líder do PCB, Roberto Freire, reduzindo a abrangência da anistia às propriedades com até cinco módulos rurais.

José de Oliveira foi um dos agricultores que ficaram fora da anistia fiscal com a aprovação da emenda Roberto Freire. Na sua região, o módulo rural é formado por 10 hectares. Somente com a plantação de feijão, ele ocupa 12 hectares, fora o plantio de milho e algodão, que juntos ultrapassam os 50 hectares que caracterizam, na localidade onde vive, o miniprodutor rural anistiado pela Constituinte.

## Descuido

Ao final da votação da anistia fiscal, o presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caiado, muita a contragosto, admitia que a sua assessoria cometeu um erro de avaliação ao esvaziar as galerias após a aprovação da primeira emenda que tratava do assunto.

Logo após a primeira votação sobre a anistia, as comemorações da UDR começaram nas galerias e se estenderam pelos gramados do

Congresso Nacional. Caiado foi carregado pelos seus seguidores por aproximadamente 500 metros. Ao final da peregrinação, ele ainda fez um discurso para as quase seis mil pessoas que a UDR trouxe a Brasília para acompanhar a votação da matéria.

A todo momento, o líder da UDR criticava o PT e o PCB por terem incluído no texto da fusão de emenda dispositivo exigindo que para ser anistiado, o devedor não poderia dispor de meios para o pagamento do seu débito, o que excluía os médios e grandes agricultores do perdão fiscal. "O PT e o PCB se venderam para os banqueiros", insistia Ronaldo Caiado pedindo que os produtores rurais não votassem nestes partidos, nas eleições municipais de dezembro.

## Traição

Antes das votações, a UDR orientou a metade dos seus 300 presidentes regionais no sentido de pressionarem os deputados dos estados para que votassem a favor do perdão das dívidas dos pequenos e médios agricultores e microempresários. No gramado em frente ao prédio do Congresso, os produtores rurais faziam uma manifestação pela anistia da dívida, mas com bem menos intensidade do que na semana passada, quando a proposta deveria ser votada.

Mesmo com a derrota das propostas defendidas pela UDR, Caiado se dizia vitorioso politicamente porque poderia desmascarar as esquerdas nas eleições municipais. "Eles botaram a bola na marca do penalti e tiraram o goleiro", afirmava ao garantir que iria tirar votos do PT e do PCB durante a campanha eleitoral pelo que ele considera uma traição ao povo brasileiro.

## Abreu pensa em compensar

O Governo desconhece quanto custará aos cofres da União a votação da emenda, ontem, na Constituinte, restringindo a anistia a microempresários e pequenos produtores rurais a débitos até 5.000 OTNs, atualmente Cz\$ 6,6 milhões e propriedades com no máximo 5 módulos rurais.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu (foto), disse, ontem, no início da noite, antes de ser informado da votação desta

nova emenda sobre a anistia, com mais restrições a aprovada inicialmente, que se a decisão de anistiar débitos dos microempresários e pequenos produtores rurais contraídos durante o Plano Cruzado prevalecer no segundo turno, o Governo efetuará os cortes necessários para compensar o custo da medida aprovada pela Constituinte. «As metas do programa fiscal são intocáveis».

João Batista não quis fazer qualquer outro comentário sobre a decisão de ontem da Constituinte, mas técnicos do Governo admitem que a anistia ampla da correção monetária das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado por microempresários e pequenos produtores rurais implicaria em perdas da ordem de Cz\$ 700 bilhões para os cofres da União. Com esta perda, seria praticamente inevitável um aumento da carga tributária.

